



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11442 - Resumo Expandido - Trabalho - 4ª Reunião Científica da ANPEd Norte (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 05/GT 11 - Estado e Política Educacional e Políticas de Educação Superior

ESTADO DA ARTE E DO CONHECIMENTO DA EDUCAÇÃO NA AMAZÔNIA: UM ESTUDO SOBRE O FECHAMENTO DE ESCOLAS NO CAMPO

Fabiany Marcela Sousa dos Santos - UFPA-PPGEDUC – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

**ESTADO DA ARTE E DO CONHECIMENTO DA EDUCAÇÃO NA AMAZÔNIA:  
UM ESTUDO SOBRE O FECHAMENTO DE ESCOLAS NO CAMPO**

Prof. Dr. Eraldo Souza do Carmo  
PPGEDUC/UFPA. [eraldo@ufpa.br](mailto:eraldo@ufpa.br)

Fabiany Marcela Sousa dos Santos  
PPGEDUC/UFPA. [fabianysouza@yahoo.com.br](mailto:fabianysouza@yahoo.com.br)

**RESUMO**

Este trabalho se propõe a produzir o estado da arte e do conhecimento da educação do campo no território amazônico sob a perspectiva do fechamento de escolas. Com isso, objetiva-se pesquisar e enumerar produções científicas *stricto sensu* a partir dos descritores “educação do campo”, “fechamento de escolas” e “política de nucleação” na finalidade de verificar como as produções científicas tem denunciado a ação política de fechamento de escolas no campo amazônico. Para tanto, foi realizado uma pesquisa bibliográfica no principal diretório acadêmico que é o da Capes e dos programas de pós-Graduação em educação das IES públicas do país publicados nos últimos 5 (cinco) anos. Como resultado, percebeu-se que as produções nos descritores selecionados, de forma quantitativa, se sobressaem de maneira insuficiente considerando que os estados da Amazônia legal possuem suas escolas predominantemente em territórios do campo e poderiam estar sendo potencializados com o conhecimento científico além de denunciar os atos de fechamento de escolas em seus territórios.

**Palavras-chave:** Estado da arte e do conhecimento; Educação do campo na Amazônia; fechamento de escolas.

## INTRODUÇÃO

A Amazônia legal é uma área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, onde a partir da Lei Complementar n. 124, de 2007, objetiva promover o desenvolvimento incluyente e sustentável da área de atuação.

Os Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Rondônia, Roraima, Tocantins, Pará e do Maranhão na sua porção a oeste do Meridiano 44°, são os que compõem o território delimitado da Amazônia Legal, o que corresponde a cerca de 58,9% do território brasileiro, segundo a Malha Municipal Digital de 2020 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Estes territórios são caracterizados por sua elevada biodiversidade e pela heterogeneidade de seus povos – indígenas, quilombolas, seringueiros, ribeirinhos, pescadores e pescadoras, agricultores familiares, que aos seus modos de vida constituem estes territórios no campo.

Entretanto essa constituição histórica, cultural e social sempre foi marcada por construções e resistências desses sujeitos coletivos que travam lutas em comum em defesa dos seus direitos básicos, como ao destaque nessa pesquisa, o da educação.

Esta se trata da luta do povo que vive e trabalha no campo e nutre a perspectiva de consolidar o acesso à educação pública, gratuita e com equidade em seus próprios locais de materialização de vida como afirma Caldart (2019).

Ainda assim, em meio a estas ações resistentes, em muitos territórios tem se fechado escolas no campo sob a justificativa “da dispersão geográfica, a visão da multissérie como empecilho na organização didática, o abandono histórico das escolas do campo e os recursos financeiros escassos para manter em funcionamento diversas escolas” (SOUZA, 2019, p. 20).

Sob esse aspecto se acrescenta a política de nucleação que consiste em unir uma determinada quantidade de instituições consideradas isoladas em seu espaço territorial, com poucos alunos em uma série/ano e os transferir para escolas polos. Isso porque discursos destoam no conceito de que as escolas isoladas apresentam estrutura física precária, alto índice de evasão e de distorção idade/ano e repetência escolar, causados pela organização de ensino mais presente nas escolas do campo amazônico – a multisseriada.

Nestes discursos que a nucleação escolar tem sido proposta e efetivada como solução a estas problemáticas, ainda assim as comunidades e instituições de ensino resistem para que isso não ocorra, o que fez com que o fechamento de escolas do campo se tornasse crime a partir do ano de 2014 sob a Lei nº 12.960 que alterou a Lei nº 9.394/1996, impedindo o fechamento de escolas no campo sem que haja justificativa fundável e consulta às

comunidades. (BRASIL, 2022)

Desse modo, essa investigação tem como possibilidade levantar, reunir e mostrar o que revelam as produções científicas com os descritores “educação do campo”, “fechamento de escolas” e “política de nucleação” a fim de conhecer o que vem sendo produzido sobre e com os territórios do campo da Amazônia brasileira, os tipos de estudo, as metodologias utilizadas e resultados indicados além de possibilitar produzir um material nacional quantitativo referente aos descritores estudados.

Esses descritores foram selecionados, indispensáveis, em um primeiro momento, pois como mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação e Cultura da Universidade Federal do Pará, Campus Cametá - tendo como área de estudo a Educação do Campo – foi necessário conhecer como eles são abordados nas produções científicas das IES do Brasil, concretizando –se como os descritores analíticos da proposta investigativa da dissertação.

A partir disso, considerou-se delimitar os estudos na região norte do país, mais precisamente a Amazônia legal, por ser a região na qual se reside – estado do Pará - e por, principalmente, poder contribuir cientificamente no mapeamento periodicamente organizado das pesquisas nesta região brasileira.

Nesse interim solidificou a pesquisa em Estado da Arte por este ser, segundo Romanowski e Ens

uma contribuição importante na constituição do campo teórico de uma área de conhecimento, pois procuram identificar os aportes significativos da construção da teoria e prática pedagógica, apontar as restrições sobre o campo em que se move a pesquisa, as suas lacunas de disseminação, identificar experiências inovadoras investigadas que apontem alternativas de solução para os problemas da prática e reconhecer as contribuições da pesquisa na constituição de propostas na área focalizada. (p. 39, 2006)

Em suma, essa via metodológica possibilita compreender como se dá a produção do conhecimento, nesse caso nos programas *stricto sensu* da educação, analisando os temas abordados, os referenciais teóricos utilizados, o *locus* da pesquisa, dentre outros enfoques.

Para tanto, esse levantamento de dados foi realizado no Catálogo de Teses e Dissertações, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por considerar este um banco de dados de produções acadêmicas mais completo do país, contendo um vasto e diverso conjunto de pesquisas de diferentes programas de pós-graduação.

Ainda que com esse caminho, não se eximiu da realização das pesquisas em cada programa de instituição pública da região amazônica, delimitando-se no período de 2017 a 2021 por considerar o tempo de 5 (cinco) anos atualizado e contemporâneo ao contexto das produções e referências teóricas.

## DEMONSTRATIVO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NA AMAZÔNIA

Os 9 (nove) estados componentes da Amazônia Legal apresentam 22 (vinte e duas) Universidades públicas (08 estaduais e 14 federais); desse número, 16 (dezesseis) possuem programas de pós-graduação em educação e foram selecionadas, representando uma média de 72% das instituições de ensino superior pesquisadas.

**QUADRO 01** – Demonstrativo de Universidades Públicas com programas de pós-graduação em educação nos territórios da Amazônia Legal (BRASIL, 2017-2021)

| REGIÃO       | ESTADO  | UNIVERSIDADES PÚBLICAS                        | Total     |
|--------------|---|---|-----------|
| NORTE        | Acre  | Universidade Federal do Acre – UFAC           | 1         |
|              | Amapá   | Universidade federal do Amapá - UNIFAP        | 1         |
|              | Amazonas                                      | Universidade federal do Amazonas - UFAM       | 2         |
|              |   | Universidade do Estado do Amazonas - UEA      |           |
|              | Rondônia                                      | Universidade federal de Rondônia – UNIR       | 1         |
|              | Roraima                                       | Universidade Federal De Roraima - UFRR        | 2         |
|              |   | Universidade Estadual de Roraima - UERR       |           |
|              | Tocantins                                     | Universidade Federal de Tocantins – UFT       | 1         |
| Pará         | Universidade do Estado do Pará - UEPA         | 3   |           |
|              | Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA |   |           |
|              | Universidade Federal do Pará - UFPA           |   |           |
| NORDESTE     | Maranhão                                      | Universidade Federal do Maranhão – UFMA       | 2         |
|              |   | Universidade Estadual do Maranhão - UEMA      |           |
| CENTRO OESTE | Mato Grosso                                   | Universidade federal de mato grosso – UFMT    | 3         |
|              |   | Universidade do estado de Mato Grosso – UEMAT |           |
|              |   | Universidade federal de Rondonópolis - UFR    |           |
| <b>Total</b> |   |   | <b>16</b> |

**Fonte:** Capes, fevereiro de 2022, organização da autora.

Nesse estudo sistemático o estado do Pará apresentou 2 (dois) Campus Universitários

que funcionam em cidades diferentes da capital do estado, com programas de pós-graduação em educação, dos 12 que possuem ao longo do território paraense, sendo estes o Campus Universitário de Cametá e o Campus Universitário de Altamira, que serão considerados ao longo do estudo.

A partir desse levantamento expressivo de universidades públicas com programas de pós-graduação em educação, adentra-se na produção acadêmica de cada programa, refinando a investigação nos descritores “educação do campo”, “fechamento de escolas” e “política de nucleação”, filtrados à pesquisa em título, sendo localizados pouquíssimos trabalhos frente a relevância social para estes territórios, dos descritores em questão, como mostra o quadro a seguir.

**QUADRO 02** – Número de produções científicas por universidade (BRASIL, 2017-2021)

| ESTADO      | UNIVERSIDADES PÚBLICAS  | TOTAL DE PRODUÇÕES NOS DESCRITORES ANALISADOS |
|-------------|---|---|
| Acre        | Universidade Federal do Acre – UFAC                                       | 0   |
| Amapá       | Universidade Federal do Amapá – UNIFAP                                    | 0   |
| Amazonas    | Universidade Federal do Amazonas - UFAM                                   | 0   |
|             | Universidade do Estado do Amazonas – UEA                                  |   |
| Rondônia    | Universidade Federal de Rondônia – UNIR                                   | 8   |
| Roraima     | Universidade Federal De Roraima - UFRR                                    | 4   |
|             | Universidade Estadual de Roraima – UERR                                   |   |
| Tocantins   | Universidade Federal de Tocantins – UFT                                   | 1   |
| Pará        | Universidade do Estado do Pará - UEPA                                     | 11  |
|             | Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA                             |   |
|             | Universidade Federal do Pará - UFPA                                       |   |
|             | Universidade Federal Do Pará - UFPA<br>(Campus Universitário de Cametá)   |   |
|             | Universidade Federal Do Pará - UFPA<br>(Campus Universitário de Altamira) |   |
| Maranhão    | Universidade Federal do Maranhão – UFMA                                   | 1   |
|             | Universidade Estadual do Maranhão - UEMA                                  |   |
| Mato Grosso | Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT                                | 8   |
|             | Universidade do Estado de Mato Grosso – UEMAT                             |   |
|             | Universidade Federal de Rondonópolis - UFR                                |   |

**Fonte:** Capes, fevereiro de 2022, organização da autora.

Com esse levantamento é possível perceber que são escassas as pesquisas frente a importância de se discutir uma educação contextualizada e de valorização dos saberes

tradicionais dos sujeitos do campo. Acre, Amapá e Amazonas não apresentaram nenhuma investigação na região norte do país no período analisado, destacando-se como um dado alarmante por estas apresentarem suas escolas públicas predominantemente em territórios do campo.

Scherer-Warren (2008, p. 16) afirmou que movimentos sociais “se constituem em torno de uma identidade ou identificação coletiva, da definição de adversários ou de um conflito e de um projeto de mudança social ou utopia, num contínuo processo em construção”, diante disso as instituições de ensino superior, enquanto movimentos de lutas sociais atrelados aos movimentos do coletivo do campo, através das pesquisas científicas, tem o compromisso de contribuir no desenvolvimento social da humanidade.

Para tanto, é *sine qua non* que estas produções se fortaleçam em discutir, problematizar e defender as escolas no campo amazônico para que estas instituições estejam não só presentes em seus territórios, mas com políticas de acesso, permanência e de qualidade aos seus sujeitos, considerando principalmente o ataque crescente de fechamento destes espaços.

Os 6 (seis) estados com produções de *stricto sensu* - Rondônia, Roraima, Tocantins, Pará, Maranhão e Mato Grosso – apresentaram uma distribuição oscilada nos descritores, revelando a lacunas existentes na produção científica nestes.

**QUADRO 03** – Organização das produções por descritores (BRASIL, 2017-2021)

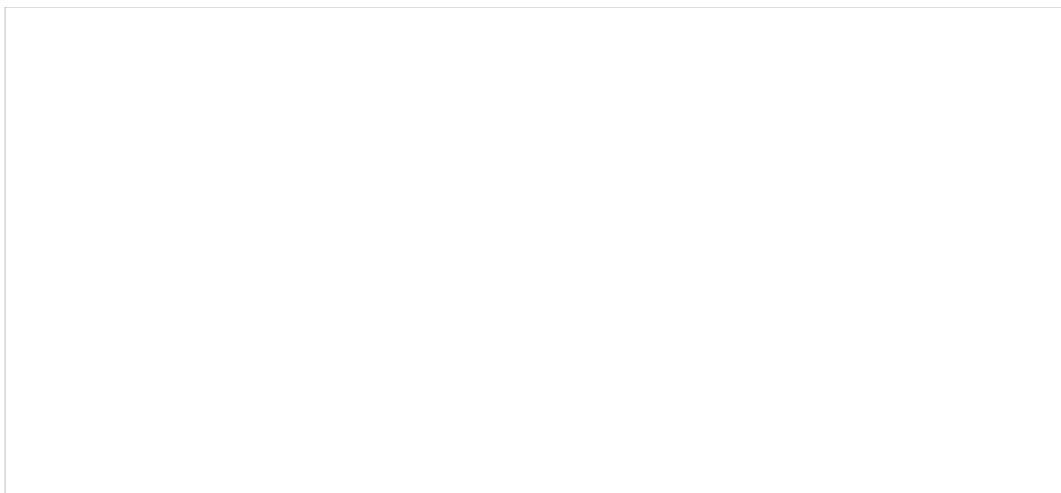
| <b>ESTADO</b> | <b>UNIVERSIDADES PÚBLICAS</b>   | <b>“EDUCAÇÃO DO CAMPO”</b> | <b>“FECHAMENTO DE ESCOLAS”</b> | <b>“POLÍTICA DE NUCLEAÇÃO”</b> |
|---------------|---|----------------------------|--------------------------------|--------------------------------|
| Rondônia      | Universidade federal de Rondônia – UNIR   | 6                          | 1                              | 1                              |
| Roraima       | Universidade Federal De Roraima - UFRR<br>Universidade Estadual de Roraima – UERR | 3                          | 1                              | 0                              |
| Tocantins     | Universidade Federal de Tocantins – UFT   | 1                          | 0                              | 0                              |

|             |   |    |   |   |
|-------------|---|----|---|---|
| Pará        | Universidade do estado do Pará - UEPA                                     |    |   |   |
|             | Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA                             |    |   |   |
|             | Universidade Federal Do Pará - UFPA                                       | 10 | 1 | 0 |
|             | Universidade Federal Do Pará – UFPA<br>(Campus Universitário de Cametá)   |    |   |   |
|             | Universidade Federal Do Pará - UFPA<br>(Campus Universitário de Altamira) |    |   |   |
| Maranhão    | Universidade Federal do Maranhão – UFMA                                   | 1  | 0 | 0 |
|             | Universidade Estadual do Maranhão – UEMA                                  |    |   |   |
| Mato grosso | Universidade federal de mato grosso – UFMT                                |    |   |   |
|             | Universidade do estado de mato Grosso – UEMAT                             | 8  | 0 | 0 |
|             | Universidade federal de Rondonópolis – UFR                                |    |   |   |

**Fonte:** Capes, fevereiro de 2022, organização da autora.

Estas mesmas informações, destacadas nas duas vertentes do *stricto sensu* – mestrado e doutorado – se apresentam de forma ainda mais esclarecedora e preocupante.

**GRÁFICO 01** – Porcentagem de produções destacadas por categoria (BRASIL, 2017-2021)



**Fonte:** Organização da autora.

Em 5 (cinco) anos foram produzidas apenas 4 (quatro) teses, todas elas no estado do Pará, na Universidade Federal do Pará – UFPA; a última no ano de 2019 com o título *PRÁTICAS EDUCATIVAS POPULARES NA LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO, NO TERRITÓRIO DA AMAZÔNIA TOCANTINA*.

Conforme o quadro 3, o descritor *Educação do campo* é o que possui mais frequência nas investigações, passando por diferentes temas como Educação Infantil no Campo, Trabalho Docente em Escolas Multisseriadas, Práticas Educativas Populares, Custo aluno-qualidade do Campo, Base Nacional Comum Curricular da escola do campo, mas quando se delimita o estudo ao *fechamento de escolas e política de nucleação* esse quantitativo reduz drasticamente e baliza apresentar o estudo de caso de um fechamento de escola em determinado território.

Situação contraditória frente aos dados do Fórum Paraense de Educação do Campo (2019) que aponta no Brasil, até o ano de 2017, foram fechadas 4.452 escolas, possivelmente desrespeitando a legislação brasileira (LDB 9.394/96).

Esse processo criminoso não diz respeito apenas aos povos do campo, mas a toda a sociedade brasileira, isso porque a “educação do campo é das águas e das florestas, é indígena e quilombola; inclui as comunidades ribeirinhas e extrativistas [...] e de todas as cores, gêneros e etnias” na qual todos fazemos parte (CALDART, 2019, p 61).

Reflexo também no Pará que, considerando os Campus universitários, mesmo sendo um estado com a maior quantidade de programas de pós-graduação em educação do território Amazônico – total de 5 (cinco) (*ver quadro 1*) e com o maior número de pesquisas nos descritores de “educação do campo”, “fechamento de escolas” e “política de nucleação” durante o período de 2017 a 2021 – total de 11 (onze) (*ver quadro 2*), estas ainda são, em números, insuficientes frente a real condição em que as escolas do campo amazônico paraense se apresentam - de 2017 a 2021 foram fechadas em média 400 escolas, cerca de 80 por ano, segundo o Censo Escolar do INEP (2021).



## CONCLUSÃO

O estado da arte e do conhecimento nos guia a conhecer as diversas produções dos descritores selecionados e perceber a relevância que cada estado da Amazônia legal ou universidade tem dado a estes, além de estabelecer relação do que se produziu com as necessidades científicas futuras.

A situação das produções em educação do campo sobre (e no) território amazônico é alarmante, isso porque as políticas educacionais para o campo sempre foram propostas atrasadas e, em sua maioria, sem a participação dos seus sujeitos, o que tem fortalecido ações políticas de violação dos seus direitos básicos, nesse caso o da educação.

À luz disso está o intenso processo ilegal de fechamento das escolas no campo amazônico como ato de negação do direito à educação e esse Estado da Arte nos mostra que as produções de conhecimento estão indo de encontro à possibilidade de defesa do campo e delate desses atos.

Estas omissões científicas desencadeiam o desconhecimento da realidade do campo amazônico, enfraquecendo a territorialidade dos sujeitos pesquisadores, contribuindo para que o território do campo permaneça marcado pela exclusão, desigualdade, pela precariedade com direitos negligenciados e a educação, no ato de fechamento de escolas, como um direito tirado.

Como premissa, a partir disso, esperançasse que as universidades públicas, enquanto ética social de movimentos coletivos e produtores de conhecimentos sistematizados, desencadeiem investigações que denunciem os descasos com a educação do e no campo amazônico em luta, sempre, por uma educação com justiça e qualidade social.

Assim, esse trabalho investiga, organiza, sintetiza e denuncia os crimes e desmontes que vem acontecendo na educação do campo amazônico, posicionando-se veementemente em luta e defesa de um projeto de educação com os povos do campo, das águas e das florestas, que ouçam suas necessidades, valorizem seus saberes, potencialize sua cultura.

## REFERENCIAS

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE**. Disponível em: <https://portaldemapas.ibge.gov.br/portal.php#mapa223344> Acesso em: 26 jun. 2021

BRASIL. **Lei nº 12.960, de 27 de março de 2014**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União - Seção 1 - 28/3/2014, Página 1. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-12960-27-marco-2014-778312->

[publicacaooriginal-143651-pl.html](#) Acessado em: 26 jun. 2022

BRASIL. Qedu. Disponível em: <https://novo.qedu.org.br/uf/12-acre/censo-escolar> Acesso em: 26 de junho de 2021

CALDART, Roseli Salete. Concepção de educação do campo: um guia e estudo. In: MOLINA, Mônica Castagna; MARTINS, Maria de Fátima Almeida (Org.). **Formação de formadores: reflexões sobre as experiências da licenciatura em educação do campo no Brasil**. 9. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. Cap. 3. p. 55-76

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Catálogo de Teses e Dissertações**. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/> acessado em: fev, 2022

FÓRUM PARAENSE DE EDUCAÇÃO DO CAMPO. **II Seminário de Combate ao Fechamento de Escolas no Campo no Estado do Pará**. 2. ed. Castanhal: UFPA, 2019.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. **As pesquisas denominadas do tipo "estado da arte" em educação**. *Diálogo Educação*, Curitiba, v. 6, n. 19, p.37-50, 2006. Quadrimestral. Disponível em: <https://alfabetizarvirtualtextos.files.wordpress.com/2011/08/as-pesquisas-denominadas-dotipo-estado-da-arte-em-educac3a7c3a3o.pdf> Acesso em: 01 Julh. 2022.

SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos sociais no Brasil contemporâneo. **História: Debates e Tendências**. v. 7, n. 1, jan./jan. 2007, p. 9-21, 2008.

SOUZA, Rosana Ramos de. **A nucleação escolar no assentamento Vila Amazônia em Parintins/AM e a precarização das condições de acesso, permanência e qualidade social da educação no campo**. 2019. 172 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Educação, Centro de Educação e Ciências Humanas, UFSC, São Carlos, 2019